

CIVILIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E PROGRESSO: Discursos Comparativos nos Relatórios de Dirigentes de Província

Dimas Santana Souza Neves
UNEMAT/UERJ

Nada é mais inconsistente do que um regime político indiferente a verdade; mas nada é mais perigoso do que um sistema político que pretende prescrever a verdade. Função do dizer verdadeiro não dever tomar forma de lei, como seria igualmente vão acreditar que ele consiste de pleno direito nos jogos espontâneos da comunicação. A tarefa do dizer verdadeiro é um trabalho interminável: respeitá-la em sua complexidade é uma obrigação que nenhum poder pode economizar. Exceto para impor o silêncio da escravidão. (Foucault, 2004 a, p. 251).

O fragmento do pensamento desse investigador possibilita perceber a dimensão que existe na construção dos discursos, em particular, as palavras ditas por dirigentes de instituições estatais. Entre a lei e a prática há espaços e processos, acasos e emergências, jogos e proposições que lutam para construir representação na memória de um povo, forjando o que Foucault denomina de governamentalidade (1999b). A partir dessa compreensão, esta comunicação analisa um aparato discursivo que buscou construir representações do modelo de instrução pública em Mato Grosso. Usado por dirigentes provinciais, essas narrativas constituíram um conjunto de enunciados objetivando criar ideário e cenário de mudanças, abrindo espaços sociais para institucionalização de novos procedimentos na escolarização.

Nestes estudos, não pretendemos fazer uma história das verdades, das idéias ou das mentalidades, mas estudar a formação discursiva (Cf. FOUCAULT, 2002), que denominou também de história do pensamento¹. Contribuição essa que possibilita uma interpretação dos discursos a partir da idéia de descrição dos fatos, presentes em narrativas dispersas.

Inicialmente, pode-se conceber que, estrategicamente, utilizam formas de discursos diferenciados, com diversidade de assuntos e, tendo aspectos das narrativas enfatizados de forma particular nas abordagens das formas de institucionalização. Com essas propostas presentes em relatórios anuais, visaram mostrar a situação existente e possibilidades de se construir aspectos de alterações na cultura, na instrução pública e na forma de viver das camadas sociais, objetivando atingir na capilaridade para que se constituísse de forma

¹ História do pensamento quer dizer não simplesmente história das idéias ou das representações, mas também a tentativa de responder a seguinte questão: como um saber pode se constituir? (FOUCAULT, 2004 A, p. 243).

homogênea em alguns setores, e hierárquica em outras, a sociedade regional. Frutos talvez de relatos das viagens de professores em outros estados ou países em busca de construção de projetos comparativos como propunha alguns positivistas.

A emergência desse aparato discursivo fora produzido menos de 10 anos após uma efetiva mudança na instrução pública organizada pelo Francês naturalizado brasileiro, Augusto Leverger. A reforma Levergeriana de 1854 como ficou conhecida, possuía aspectos inovadores no âmbito da legislação do ensino do período provincial em Mato Grosso. Após a reforma do “bretão cuiabanizado”, a Província sofreu alguns problemas que atrapalharam o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da população. Além de diversas epidemias, antes e após o término da Guerra do Paraguai. Mato Grosso tinha dificuldades econômicas e de interligação cultural, somente melhorada após o restabelecimento em condições normais via Rio Paraguai com a Corte, com as demais Províncias e com outros países, após esse conflito bélico. O que acabou interferindo na produção e dando a configuração de atraso, incivilidade e velhice ao modelo de sociedade regional, não somente na escola, mas em amplos setores, facilitando a emergência da representação desejada para se criar condições e ambiente propício às reformas em diversos setores.

Na segunda metade da quinta década do oitocentos e no período de 1860 essas propostas tinham menor intensidade e proporção. Mas, compareciam nos relatórios alguns apontamentos que apontavam para transformações das condições existentes. No entanto, no período de 1870 a 1880, portanto, por mais de uma década, houve um intenso debate em torno da instrução pública, espaços em que quatro reformas da instrução foram pensadas, discutidas, praticadas e superadas, conforme resume este dirigente ao iniciar e terminar a quarta reforma em menos de dez anos². Isso, sem que se contem as pequenas modificações e reformas parciais e outras mudanças que sequer tiveram validade.

Alguns temas predominavam nos discursos dos dirigentes, escolhemos quatro deles para este texto. Por isso, se tratam aqui da organização do sistema com liberdade particular e controle estatal, metodologia do ensino, papel da mulher na instrução e a obrigatoriedade do ensino. O que permite tornar pensável as práticas de governar a população por meio das escolas para que os saberes pudessem governar os sujeitos pela tecnologia do

² No curto período de oito anos tem sido reformada por três vezes a Instrução da província, de modo que é esta a quarta reforma que se dá neste ramo de serviço. Os regulamentos até então promulgados eram pela maior parte deficientes, sendo o resultado as freqüentes reformas acima apontadas. Tenho íntima convicção que com o novo Regulamento muito lucrará a nossa sociedade, porque amplia o mais possível o ensino que é a luz e progresso para os cidadãos e o Estado. (MATO GROSSO, Relatório, 17 de agosto de 1880).

conhecimento e aprendizagem escolarizada. Nesse sentido, governar os sujeitos também significava expor idéias para convencer deputados para que esses representantes persuadissem a população e, ao mesmo tempo, significava criar condições para que a direção Provincial orientasse as famílias a partir das crianças, e, a escola e, nesse sentido, o processos pedagógicos internos de compreensão dos conteúdos eram as preocupações. Não apenas editar leis, mas disseminar idéias, difundir um ideário que convencesse às novas mudanças promovidas e propostas.

A respeito da discussão em torno da família e obrigatoriedade do ensino pode-se conhecer o pensamento deste diretor. Ele que foi o segundo dirigente da instrução pública do período imperial com maior período administrativo, talvez aquele que obteve mais experiência e conhecimento a respeito da instrução pública de Mato Grosso enquanto província. Invocando temas controversos e colocando-os em debate, o dirigente fez opção por disseminar discursos diferentes por sua inserção e novidade no embate político regional. Uma das suas argumentações apontava para a questão da ampliação da escolarização com o ensino obrigatório. Trabalhado com idéia de estado/nação e províncias como parte de uma nação, a forma comparativa novamente aparece reforçando suas exposições, assim manifestas:

Os povos modernos têm-se ocupado constantemente da instrução que alumia o espírito, porque conheceram que não se imprimem na consciência do homem regras do bem viver sem lhe esclarecer a inteligência, ampliar-lhe as idéias, instruí-lo enfim. Para chegar, porém, a este resultado bastante se tem meditado e ilustres pensadores tratam, há muito, de estudar as regras, de fórmulas os preceitos, de inculcar no ânimo de seus concidadãos o dever de instruir seus filhos. Mas, para aqueles que o esquecem, ou por ignorância ou capricho não o cumprem, criou-se leis para coagi-los a esse dever, originando-se daí a instrução obrigatória. Há mais de um século que a Alemanha instituiu nos estados, sob sua dependência, a instrução obrigatória, sendo Frederico II da Prússia o propugnador de tal sistema; os Estados Unidos da América, este gigante que tanto se tem avantajado nas artes e nas ciências não se demorou adotá-lo; seguindo-se depois a Inglaterra, a Bélgica, a França, Portugal, etc. Todos os países, finalmente, cujos homens do Estado reconheceram a benéfica influência da instrução para o desenvolvimento moral e material das nações. (MATO GROSSO, Relatório, 17 de agosto de 1880).

O Diretor da instrução levou abordagens a um tema de intenso conflito entre a sociedade, o Estado e a Igreja que era a questão de retirar da família o poder de ensinar aos filhos. Nas suas palavras o “moderno” emerge como tentativa de se fazer entender pela sociedade em compreensão que conjugou política, religião e direito na exposição das idéias, como se fosse a moderna instrução que “alumia o espírito” dos povos com “regras do bom viver”. Um discurso que visavam o governo dos sujeitos, inclusive, com ameaças

das “leis para coagi-los”, isto é, obrigar os pais ou tutores a enviar os alunos para a escola.

Governar as estruturas centrais de poder, mas também as famílias, os pais, as crianças, a sociedade para a era que denominou de “moderno”. A comparação comparece no discurso no sentido de afirmar certo atraso em que se encontrava a Província, quando escreveu que “há mais de um século que...”. Induzindo-se a pensar que Mato Grosso estava em situação de atraso extremado e os países como a Alemanha, França, Inglaterra, Bélgica, Portugal e Estados Unidos, em estágio avançado. Darwinismo social presente nos discursos mostrando sociedades avançadas, necessidade de evolução agora não somente para o progresso, mas para um discurso que emerge de forma diferente, nesse início da penúltima década do XX, introduziu a noção de “moderno”. A comparação interna se fez presente nesse mesmo relato:

O Brasil não podia ficar estacionário perante o triunfo solene obtido por uma idéia que vai tendo geral aceitação; assim no Rio de Janeiro, Pernambuco, e creio que em Minas e Bahia, decretou-se a instrução obrigatória, havendo V. Ex.^a a 4 de março do corrente ano feito extensivo a esta província tão sublime, quão nobre reforma; demonstrativo solene do gênio transcendente e do talento administrativo do ilustre general que nos governa. (MATO GROSSO, Relatório, 17 de agosto de 1880).

A experiência européia e dos Estados Unidos de ensino obrigatório parecem não ter sido suficientes para explicar a acertada reforma na concepção do diretor. Assim, para elogiar não somente seu superior hierárquico, mas também os membros da Assembléia Legislativa, dedicou-se a escrever que Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas e Bahia, províncias brasileiras, também tinham decretado a instrução obrigatória. Nas palavras desse dirigente “O Brasil não podia ficar estacionário”, envolvia não mais a localidade, a regionalidade, a Província em si, nos escritos quisera também fazer um discurso político e social para dar a dimensão da “nação” brasileira, naquele período em processo de formação. Emergência de discursos e construção social e cultural da governamentalidade para produção de culturas escolares.

Nesses discursos dos dirigentes da Província conhecemos informações, análises, interpretações, compondo um conjunto de dizeres tomados como verdadeiros a respeito da instrução pública. Porém, quando interessava aos dirigentes apontar caminho ou possibilidades de mudanças ou de novas normatizações não hesitavam em comparar uma Província de poucos recursos humanos e financeiros com gigantes estados nacionais. Tomando um tema relativo a professores, intelectuais e escolas, os dizeres expressaram que:

Metodo de ensino

O método é a verdadeira chave do progresso e do adiantamento em todos os ramos do ensino. Conforme for a direção que se der à marcha do espírito e o modo da exposição da doutrina, assim serão também os resultados práticos que se há de colher.

É por isso que em países, como os Estados Unidos por exemplo, onde a instrução popular é objeto da atenção e da solicitude de todos, espíritos superiores se tem dedicado a estudar a questão do método, no intuito de simplificá-lo e de tomá-lo conseqüentemente mais fácil e proveitoso.

Entre nós o método vigente nas escolas é o das classes, estabelecido e desenvolvido no Regimento de 18 de agosto de 1855.

Talvez contenha ele quanto aplicado grande defeitos e lacunas; o pouco tempo porém do meu exercício ainda não foi suficiente para mo relevar.[...] A uniformidade do ensino porém só se poderá conseguir, organizando-se quanto antes um sistema de compêndios para o uso das escolas. (MATO GROSSO, Relatório, 24 de julho de 1871)

Ao tomarmos esta informação podemos compreender o significado da suposta verdade afirmada pelo Inspetor Geral dos Estudos. Essa autoridade aparentemente já havia se apropriado da formação positivista. Tinha o ideário de “progresso” e esse foi o tema de referência que sustentou suas afirmações. Nesse sentido buscou no relatório o mecanismo para disseminar sua representação. Aproveitou uma questão importante de debate na sociedade regional que era o problema do método de ensino e na oportunidade em que emitiu suas considerações disse que o “método de ensino é a verdadeira chave do progresso e adiantamento em todos os ramos do ensino”. Narrativa que teve o propósito de ser verdadeira e certa: fazer os dirigentes repassar aos professores a necessidade de preocuparem-se com o método do ensino. Na visão figurativa que construiu, deu sentido figurativo a idéia de chave.

Assim, criavam-se condições para que o professor pensasse o ensino como chave que abriria ou fecharia as portas de um bom ou mau ensino, ao mesmo tempo fecharia ou abriria as portas das escolas para os professores. Isto fica evidente quando diz que dependeria tudo da “direção” que se daria a forma de expor os ensinamentos. Ou seja, a forma como o professor deveria ensinar que denominou de “doutrina”: o método. Um alerta aos professores que fica configurado na afirmação de que a partir daí se teria os “resultados práticos”, isto é, maior número de alunos e maior quantidade de escolares aprovados nos exames conforme queriam fazer determinar no regulamento da instrução. Os termos “progresso” e “adiantamento” ajudam a formar o conjunto discursivo que induzia a pensar em ir para frente, isto é, desenvolver-se, enfim, fazer a instrução pública progredir. Discurso com pretensão de verdade que não estava ligado a questões administrativas da Província, mas a partir da responsabilidade individual dos mestres.

E ai veio o discurso comparativo para insinuar necessidades de mudanças nas ações pessoais para melhoria da instrução. Os Estados Unidos é citado com o propósito de mostrar a diferença de um país todo e a situação de uma Província. Considerando que a “instrução popular era objeto da atenção e solicitude de todos”, mostra que a preocupação e responsabilidade com o ensino não deveria ser somente dos dirigentes executivos, ou seja, do Estado Imperial, mas também da assembléia provincial, dos deputados, das famílias, das instituições, enfim da sociedade. Uma proposta do liberalismo dentre tantos outros? Talvez. Retira o poder do ensino das famílias mas buscava fazer com que elas continuassem a ser responsáveis pelo ensino.

Uma outra questão é que o narrador utiliza o problema do método de ensino para afirmar a existência de “espíritos superiores” que cuidariam de estudar para simplificar e tornar mais fácil e proveitoso, mas em outro país, isto é, faz crer que somente espíritos superiores estudavam métodos e que, portanto, os professores deveriam fazer o mesmo. Insinuação da existência de espíritos inferiores? Aqueles que não estudavam métodos eram de espíritos inferiores? Maneira de inculcar no debate em torno de um problema crucial na Província de Mato Grosso ao final do oitocentos, haja vista que, naquele momento, lutavam pelo ensino secundário e escola normal visando “aperfeiçoar” os professores.

Mesmo não sendo preciso como em casos de data, o Inspetor tenta passar uma idéia para fazer a população crer nas suas palavras. Ao dizer que o “método é o das classes”, e prosseguindo, “desde o regimento de 18 agosto de 1855”. Na realidade, o método era semelhante ao método mútuo, e o regimento não era daquela data citada, mas sim de 30 de setembro de 1854, o que procurava esquecer. Propositadamente?

Percebe-se que, mesmo em pequenas questões que não havia tanta importância, mesmo na imprecisão, o dirigente tenta passar uma idéia de firmeza e convicção. Uma idéia de verdade fora produzida e emergiu na disseminação de outras. Datas são lembradas como se fossem precisas, o método vem com outro nome, mas também foi identificado. Uma construção de verdade que busca afirmação do “conhecimento”, do “entendimento” do inspetor acerca da instrução pública. Política de afirmação da certeza, da veracidade das palavras para convencer aos seus anseios, objetivando dar credibilidade ao seu discurso, creio ser este um dos objetivos das palavras do dirigente, além de fazer mudar o comportamento dos deputados e professores da Província.

No mesmo relatório, que foi tomada como uma “fala do Presidente à assembléia Provincial”, quando seus argumentos insistiam na comparação. Apresentando a nova reforma estabelecida pelo seu governo à assembléia legislativa provincial, o dirigente

discutiu alguns pontos que considerou importante nas mudanças promovidas. Nessa reforma, tendo proposto um modelo de escola fora do convencionalmente estatal enfatizou aos demais representantes:

‘Art. 15º - O ensino particular elementar ou superior livre na província a quem quer que se proponha a exercê-lo, sujeito apenas no que disser respeito à moralidade, ordem pública, higiene a inspeção oficial do governo.’

A Inglaterra dá-nos o exemplo. Ali (diz um ilustrado viajante) pode ensinar quem quiser, se tiver a quem e quem quiser aprender se tiver com quem. Neste ponto a ação do Governo deve limitar-se a certa vigilância protetora.

Basta que os mestres particulares exibam provas de sua conduta civil e moral e que sujeitem-se a manter o ensino, de acordo com a Religião, leis e costumes do Estado. Como já declarei noutra lugar em ocasião semelhante, repetirei aqui. Se fosse possível haver em cada arraial um mestre para falar da ciência e um sacerdote para falar em Deus - melhor seria. (grifos dele). (MATO GROSSO, fala, 4 de outubro de 1872).

Ao exercitar uma interpretação das reformas recém aprovadas, as idéias liberais do dirigente incentiva a proliferação da iniciativa privada na instrução pública, incentivando a liberalidade no sentido de que as professoras e escolas poderiam ensinar livremente, sujeitando-se a inspeção oficial do governo em alguns pontos básico. Dada a sua importância, o próprio escritor do relatório fez questão de sublinhar mostrando a ênfase que necessitava dar a questão, contemplando setores sociais, professores primários particularmente e a própria igreja, chamando-os ao trabalho com a instrução pública.

O exemplo de liberalidade no ensino veio da Inglaterra, como uma verdade a ser dita, afirmada, disseminada pela Província. Não há nenhuma orientação de estudos minimamente científicos nesse sentido, apenas os dizeres de um “ilustrado viajante” como afirmou a autoridade. Discurso que procura induzir a uma verdade que sequer o dirigente tinha certeza, mas tinha informações que necessitava para apregoar e dar ênfase e sentido a sua fala para que a verossimilhança pudesse ser minimamente percebida.

O Presidente insiste em alguns pontos que pode ser considerado importante verificar e analisar. A questão das provas de conduta civil para gerir o ensino privado. O que seria civil nesses termos? Não mais a vida e a moral religiosa somente, mas a conduta social. Veja bem, a conduta social que significaria o respeito as leis, não devendo portanto estar ligado a situações que estivessem contra a ordem moral. Nesse sentido, a junção de moralidade e vida civilmente respeitosa das leis, sem condenação e sem atentado a legislação. Enfim, sem aviltamento, sem enfrentamento e sem desobediência às duas instituições: nem afronta à Igreja e sequer ameaças, principalmente, ao Estado. A verdade

da construção da vida civil, do respeito as leis e normas da sociedade e não mais somente ao ente divino ou à igreja. Um debate que se prolongou aos dias atuais. Estar presente na sociedade civil seria então concordar com o estado de direito. Posições de filósofos juristas no ideário civilizador.

Uma outra questão tomou muitas linhas de relatórios de várias dirigentes nesse período. O debate em torno da representação do papel da mulher no processo de escolarização. Este representante estatal foi um dos que mais escreveu a respeito do assunto. Na oportunidade em que se envolveu na narrativa comparativa, explicou:

A mulher tem qualidades especiais para educadora e mestra; é muito superior ao outro sexo em clareza, doçura, imaginação, paciência, bondade, zelo e graça, o que constitui para com as crianças, sempre saudosas do carinho materno, uma espécie de atração para a professora, sujeitando-se elas às imposições do estudo, unicamente para satisfazê-la. Em vista das razões expendidas sou de opinião que se empregue no magistério público de preferência mulher, sem que nos entibie o escrúpulo do contato dos dois sexos em tenra idade. Os Estados Unidos, a Suécia, a Itália e a Província da Bahia adotaram esta medida. Se fosse possível prover todas as escolas da província de professoras dignas de tal nome, a criação de escolas mistas dirigidas por mulher seria de grande proveito à província e de economia a seus cofres. (MATO GROSSO, Relatório, 17 de agosto de 1880).

Nesse discurso, o Diretor da Instrução faz emergir uma compreensão utilitarista da mulher que, pelas suas qualidades subjetivas e estéticas levaria para a relação pedagógica uma imposição da vontade não pelo convencimento, mas pela “imposição dos estudos”, a partir da atração que o sentido maternal da professora despertaria na criança. Ao mesmo tempo, aproveita para trazer ao debate um discurso que superasse a violência e o sofrimento do processo de escolarização pelos castigos e obrigações do exercício. Naquele momento seria pelas características de docilidade, em seus diversos significados possíveis de compreender, que representaria a maneira de ensinar atualizada ou inovadora ao final do século XIX.

Outra compreensão utilitarista e economicista fora apresentada nesse mesmo fragmento quando o Diretor faz comparação do modo de tratar a relação pedagógica com a contribuição das professoras em países europeus, Estados Unidos e a Província da Bahia. Na oportunidade em que falou a respeito do “grande proveito à província e de economia a seus cofres”, enfatizando a necessidade do ensino em “escolas mistas”, isto é, escolas para ambos os sexos. Situação que faria grande economia para a Província, pois diminuiria o número de professores contratados, uma vez que poderiam unificar 2 ou mais escolas com 15, 20 ou 30 alunas ou alunos, como costume e legalmente estava definido na época, e fazer apenas uma sala de aulas, contemplando os dois grupos, com 60, 70, 80 alunos e

alunas. Desemprego e modificação dos costumes não estavam expressos, apenas se enfatizou o discurso com objetivo de ser “verdadeiro” e construir “verdades” a respeito da instrução pública forjando mudanças na cultura escolar, na práxis social, possibilitando maiores transformações para incorporação da mulher no mundo do trabalho.

Os dirigentes, com as propostas e efetivação prática dessas reformas, construídas e normatizadas, esperavam substituir velhas formas de institucionalização e fixar outras idéias a respeito da escolarização e regulamentação da escola estatal, universal e obrigatória à população. Construir e consolidar a instituição de seqüestro (Cf. FOUCAULT, 1999 a) para objetivos mais produtivos na compreensão desses dirigentes. Nossa hipótese é de que as metas desse aparato legal eram ampliar a ação escolar para alcançar setores sociais compostos por nativos e de homens livres: os bugres do sertão como disseminaram alguns viajantes que pela Província estiveram ou por governantes enviados para Mato Grosso pela Corte Imperial³.

O objetivo desse aparato tecnológico e disciplinador – a escola e o processo de escolarização – era o de fazer, no entendimento dos dirigentes progredir, evoluir e desenvolver o ensino. Os discursos tinham finalidade precípua de divulgar as idéias, de forma prática, “vulgarizar” o trabalho administrativo e político desses dirigentes a partir de seus entendimentos e leituras das definições – as leis, as reformas construindo motivações para os discursos de verdade. Sobretudo, constituir um regime de verdade (Cf. FOUCAULT, 1999B).

Nessa perspectiva, fizeram emergir discursos de denúncias que mostravam o atraso em que se encontravam a instrução na Província e os discursos comparativos em torno da escola para mostrar que existiam alternativas, i.é., saídas para o modelo de “progresso” e “civilização” que se divulgava. Ambos visavam convencer as autoridades legislativas e a sociedade. A característica dessa escrita era valer-se de números ou citações de países europeus e norte americano como modelos para fazer adaptados as formas de apropriações da escola universal e ensino obrigatório e estatal. Sonharam e idealizaram intensamente, falaram vastamente, escreveram e fizeram o possível dentro dos entendimentos apropriados em relação ao ensino.

Pelos relatórios, como um dos meios de propagação do ideário, disseminavam a idéia de busca de evolução, progresso e desenvolvimento do ensino, infundindo na sociedade a necessidade se fazer avançar o sistema educacional para a perfeição com

³ (Cf. GALLETI, Op. Cit).

modernidade do modelo apregoado pelas elites dirigentes. Modernidade que significa imitar países, outras provinciais ou mesmo a Corte Imperial, que foram sendo divulgadas, constituídas e representadas como referenciais para Mato Grosso.

Assim, pode se compreender que esses discursos tinham por finalidade superar um período histórico, refazer um modo de entendimento, construir um outro regime de verdades como diz Foucault (1999, 1999b), visando projetar diferentes idéias para que fossem inculcadas no cotidiano das demais autoridades e da sociedade. Enfim, fazer o pensamento e as práticas da população regional avançar em direção das idéias de progresso, civilização, modernidade e desenvolvimento. Esses argumentos a respeito da educação fizeram emergir os discursos comparativos também para construir a identidade nacional e, sobretudo, dos sujeitos locais em na qual estava compreendido esse período da década de 1870. Uma época em que, justamente, havia necessidade de práticas incentivadoras da disseminação desse tipo de discurso, muitos deles, voltado para assegurar a nacionalidade brasileira, mas que em Mato Grosso serviu também para animar a sociedade à uma nova era, construindo esperanças de dias melhores a uma população, durante e no pós Guerra.

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, Michel. [2004]. **A Hermenêutica do Sujeito**. Trad. Marcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo. Martins Fontes. 2004.

FOUCAULT, Michel. [1999]. **Em defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes; 1999.

FOUCAULT, Michel. O Cuidado com a Verdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade e Política**. Coleção: Ditos e Escritos V. Manoel Barro da Motta (Org.). Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2004a.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as Formas Jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Ed. 1999 a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 14 ed. Org. e Trad. Roberto Cabral de Melo Machado Rio de Janeiro: Graal. 1999 b.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos Confins da Civilização: Sertão, fronteira e Identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese apresentada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: 2000.

MATO GROSSO, **Relatório, 17 de agosto de 1880**. Arquivo Publico de Mato Grosso - APMT, Livro 86 B s/ n.º pg. Relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução

Pública, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado ao Presidente da Província de Mato Grosso, Barão de Maracaju. Cuiabá, 17 de agosto de 1880.

_____, **Relatório, 24 de julho de 1871.** APMT – Caixa 1878 A. Relatório apresentado pelo Inspetor Geral dos Estudos, Manuel José Murтинho, ao Presidente da Província, Cel. Barão de Diamantino. Cuiabá, 24 de julho de 1871

_____, **Fala do Presidente, 4 de outubro de 1872.** APMT - Mensagens de Presidentes de Província. Fala do Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Júnior, discorrendo sobre os pontos básicos do Regulamento de 17 de setembro de 1872 sobre a situação geral da instrução pública de Mato Grosso. Cuiabá, 4 de outubro de 1872

_____, **Relatório, 17 de agosto de 1880.** APMT – Livro 86 B s/ n.º pg. Relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado ao Presidente da Província de Mato Grosso, Barão de Maracaju. Cuiabá, 17 de agosto de 1880

SÁ, Nicanor Palhares.; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. (Orgs.) **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso.** Campinas: Autores Associados; SBHE: 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso. (1870-1889).** Cuiabá: Edufmt; 2002 A.